

# Sociologia Política, Ciência Política e “escolha racional”<sup>1</sup>

*Fábio Wanderley Reis (UFMG)*

Artigo

## 1

Meu objetivo aqui será o de especificar o foco de uma Sociologia Política, ou Sociologia da Política, em comparação com certas perspectivas alternativas. Uma das maneiras de tentar essa especificação seria o confronto entre uma perspectiva tradicional em relação ao estudo da realidade política – uma perspectiva filosofante, de orientação jurídica, com frequência normativa – e uma perspectiva empírica, que seria a que caracterizaria a Sociologia Política. Outra maneira teria a ver com o confronto entre uma perspectiva de maior ambição teórica, abstrata, dedutiva, de preocupação generalizante, de maior compromisso nomológico ou nomotético, e uma perspectiva idiográfica, que envolveria maior ênfase nas peculiaridades e singularidades, maior referência ao contexto e a preocupação de situar e datar as proposições, ao invés do empenho na eventual formulação de proposições de alcance geral ou universal. Neste último caso caberia especialmente o confronto entre a perspectiva da “escolha racional” e uma perspectiva sociológica “convencional”, como costumam dizer os adeptos da escolha racional.

Se tomamos esses dois confrontos de perspectivas, uma observação inicial é a de que, em vez de termos o predomínio claro e definitivo de qualquer dos dois pólos sobre o outro, há,

---

<sup>1</sup> Transcrição, revista pelo autor, de palestra pronunciada no workshop “Sociologia Política. Trajetórias e Perspectivas”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em 4 de abril de 2002.

ao contrário, uma situação de indefinição. Quanto ao enfrentamento entre escolha racional e Sociologia Política, por exemplo, claramente há a penetração e a afirmação crescente da abordagem da escolha racional. Essa penetração justifica mesmo a pretensão de caracterizar a escolha racional como a perspectiva hegemônica. Num tratado de Ciência Política publicado recentemente nos Estados Unidos, por exemplo (*New Handbook of Political Science*, coordenado por Robert Goodin e Hans-Dieter Klingeman, 1996), além de uma parte dedicada especificamente à “Economia Política” – uma designação alternativa para a perspectiva da escolha racional –, encontramos também, a propósito de cada um dos diferentes temas examinados, uma seção dedicada a discutir como o tema é tratado na perspectiva da escolha racional. Isso mostra a penetração marcante dessa perspectiva, que há algumas décadas aparecia como uma espécie de extravagância de alguns economistas que se metiam a fazer Ciência Política, Sociologia etc. Mas essa penetração não significa de modo algum que se tenha encerrado o debate entre partidários e oponentes da abordagem da escolha racional, que prossegue de maneira vigorosa, com boas razões de parte a parte (basta lembrar a celeuma suscitada em torno do livro de Donald Green e Ian Shapiro, *Pathologies of Rational Choice*, de 1994, com destaque para a polêmica reunida no volume organizado por Jeffrey Friedman em 1996 sob o título de *The Rational Choice Controversy*). Certamente se trata de um enfrentamento que não pode ser dado como assentado ou resolvido.

Por outro lado, se se considera o confronto entre uma perspectiva tradicional, filosofante, e uma perspectiva mais empiricamente orientada, tem-se o fato de que a primeira está longe de ter sido superada em qualquer sentido, está longe de mostrar-se, a esta altura, irrelevante ou secundária. Ao contrário, o que temos observado é uma revivescência da filosofia política – e, curiosamente, em associação com o próprio êxito da abordagem da escolha racional: a literatura que inclui nomes como Rawls e Nozick é tributária de muito do que é trazido pela abordagem da escolha racional. Seja como for, subsiste o embate entre diferentes abordagens.

## 2

Mas há a possibilidade de acrescentar um terceiro confronto de perspectivas, talvez especialmente relevante do ponto de vista de certas discussões brasileiras, que prosperam e que fazem certos equívocos prosperarem de maneira continuada. É o suposto confronto entre uma Ciência Política, aquilo que caberia designar "propriamente" como uma Ciência Política, e uma Sociologia Política ou uma Sociologia da Política. A primeira se caracterizaria pela ênfase em fatores que são entendidos confusamente como "políticos" ou "político-institucionais" ou pela ênfase no próprio Estado, ou em problemas e questões de alguma forma relacionados diretamente com o Estado. Isso é visto como correspondendo a uma preocupação de afirmação da "autonomia" da Ciência Política em relação à Sociologia. Já a segunda, na outra ponta, envolveria uma perspectiva que daria ênfase a fatores de natureza "social", "sociológica", "sociopsicológica", "estrutural" etc., correspondendo a uma maneira sociológica de ver as coisas.

Há um artigo de 1997, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* por Maria Cecília Spina Forjaz, que é exemplar em relação a este último contraste. Ela busca mostrar precisamente como a afirmação institucional da Ciência Política no Brasil, nas últimas décadas, envolvendo a preocupação com a autonomia, levaria à busca de fatores propriamente políticos, em contraste com o que trataria de fazer uma Sociologia da Política. Eu próprio sou incluído num grupo supostamente empenhado na afirmação daquela autonomia, com suas presumidas implicações metodológicas ou de orientação.

Na minha opinião, isso é um equívoco. Pessoalmente, não me reconheço como um cientista político preocupado com a autonomia da Ciência Política. Não vejo nenhuma razão metodológica ou teórica para pretender isso. Ao contrário, concebo o que fazemos na Ciência Política como Sociologia, e creio que a ênfase em fatores que se supõem "propriamente" políticos, em contraste com fatores "sociológicos", tem conseqüências negativas.

Quais as razões dessa avaliação? Acho que o ponto de partida aqui pode ser ligado com a velha questão da "autonomia do

político”, um tema debatido classicamente no marxismo e fora dele, e que tem a relevância de que a possibilidade de se falar de uma Ciência Política autônoma dependeria de que a esfera da política pudesse ser vista como autônoma ela própria. Mas o que significa autonomia da esfera política? Se tomarmos as discussões na literatura marxista e não marxista relacionadas com o tema clássico da autonomia da política ou do político, poderemos encontrar facilmente uma série de significados que essa expressão adquire e que ajudam a instaurar a confusão.

Assim, temos a possibilidade de falar de “autonomia do político” para indicar um grau maior ou menor de neutralidade do aparelho do Estado em relação às classes ou forças sociais antagonicas no âmbito da sociedade. Quanto maior a neutralidade, mais o Estado seria autônomo. Podemos falar também de um grau maior ou menor de presença ou iniciativa estatal perante a sociedade como um todo, o que em inglês é designado como *stateness*, a “estatidade”, o grau em que o Estado contaria como um ator que merece atenção por si mesmo, e que se ilustra, por exemplo, com o confronto entre uma França de pesada tradição estatista e uma Inglaterra da tradição de *statelessness*, ou de ausência relativa do Estado.

Além disso, temos outra acepção, outro sentido, que surge fora do campo marxista e se refere ao grau de consolidação das práticas institucionais, das chamadas “regras do jogo”, o grau de institucionalização política. É o sentido que a expressão adquire nos trabalhos de Samuel Huntington, de Harvard, que fala da institucionalização política para indicar certa autonomia da esfera política, da aparelhagem institucional-burocrática do Estado, em relação ao jogo dos interesses sociais de todo tipo ou das “forças sociais”. Na perspectiva de Huntington, teríamos um Estado tanto mais institucionalizado, ou instituições políticas tanto mais fortes, quanto mais seja possível processar *em termos institucionais* os conflitos que se dão na sociedade, sem que seja necessário recorrer às armas, à violência, aos golpes.

Finalmente, temos um quarto sentido, presente em muito da literatura e das discussões a respeito disso, que toma a questão da autonomia num sentido claramente metodológico ou

epistemológico, em contraste com o caráter substantivo dos outros sentidos. Trata-se aí da autonomia a ser atribuída à esfera política (como quer que ela seja definida) em termos das relações *causais* que essa esfera manteria com outras em diferentes modelos analíticos da sociedade. Este sentido é, em princípio, independente dos outros, e ele é que importaria do ponto de vista da discussão do espaço ou foco de uma Sociologia Política. Se houvesse independência causal do que se passa no plano político é que se poderia falar de uma Ciência Política autônoma: bastaria o estudo daqueles aspectos que seriam definidos como políticos e que, por hipótese, seriam causalmente independentes do que se passa nas demais dimensões.

Como foi dito, a tendência que comumente se observa é a de remeter a definição mesma da política ao próprio Estado. Política seria aquilo que se passa no âmbito do Estado ou que diz respeito ao Estado. Por exemplo, um partido é político na medida em que visa ao controle do Estado. E assim, com essa vinculação da definição do político à aparelhagem do Estado, a questão metodológica, que envolve as relações causais, é transformada num problema *substantivo* análogo ao que é posto pelos outros significados da expressão, e que tem a ver com o fato de o Estado ser ou não politicamente neutro, ou interventor e ativo, ou constituir ou não uma esfera institucionalizada e autônoma...

Mas isso envolve dois tipos de dificuldade. Em primeiro lugar, a redução mencionada envolve uma definição empobrecedora e inaceitável da política. É claro que temos política fora do Estado. Temos política em toda situação de conflito potencial ou real. Temos política quando protestantes brigam com católicos na Irlanda do Norte. Temos política quando trabalhadores brigam com patrões. Temos política quando mulheres brigam com homens – a “política do gênero”, que emerge atualmente como um problema relevante, remetendo à exploração milenar das mulheres pelos homens e a um conflito ao menos latente que com frequência assume formas dramáticas. Daí que, ao contrário da definição empobrecedora (em que a política é tomada como se fosse uma espécie de “pedaço” da sociedade, o pedaço correspondente ao Estado), o que se impõe é uma concepção *analítica* da política, ou

um recorte *analítico* da esfera da política na realidade social: em qualquer tipo de interação em que esteja envolvido de maneira ao menos potencial o conflito, em qualquer interação, portanto, de natureza estratégica, seja qual for o ambiente “concreto” em que ela se dê, nós teremos política. O Estado vai surgir, nesta perspectiva, precisamente como a aparelhagem institucional destinada a processar os conflitos que se dão no âmbito da sociedade, ou como resposta aos problemas que ocorrem em conexão com tais conflitos, aparelhagem que os agentes em conflito vão tratar conseqüentemente de influenciar ou empolgar. Assim, a própria *definição* adequada de política remete ao plano geral da sociedade.

Em segundo lugar, as características do próprio Estado não podem ser *explicadas* senão por referência à sociedade. Para tomar o tema da autonomia do político entendida como iniciativa ou presença do Estado (*stateness*), é claro que, se o Estado é, neste ou naquele caso, capaz de iniciativa, a explicação disso tem de ser buscada nas condições sociais que permitem que o Estado seja assim. Não temos onde encontrar resposta para a questão das razões da capacidade de iniciativa do Estado senão no plano da sociedade e das relações entre atores sociais. Eventualmente pode haver uma condição de relativo empate na força dos atores diferentes que se confrontam, o que vai permitir ao Estado jogar com certa liberdade; em outras circunstâncias o Estado virá talvez a ser apropriado e condicionado mais fortemente por alguns dos interesses em confronto, transformando-se, no limite, num “comitê executivo” deste ou daquele foco de interesses. De qualquer forma, a explicação das feições assumidas pelo Estado é trazida pela referência a fenômenos que se dão no plano da sociedade e que, na medida em que envolvem a característica de serem pelo menos potencialmente estratégicos, são também, em conseqüência, políticos.

É claro que essa referência à sociedade pode assumir feições distintas. Estamos agora assistindo à intensificação da relevância da dimensão transnacional, aos efeitos de processos ligados à globalização, que levam ao enfraquecimento do Estado – o Estado torna-se incapaz de administrar com eficiência as crises econômicas ou de fazer política social, de administrar a integração social. O

substrato social relevante obviamente se diversifica nesse cenário novo, estendendo-se eventualmente à dimensão planetária e situando mesmo a questão da necessidade de edificação do “governo mundial” ou do equivalente funcional do Estado nacional em escala mundial – e a questão da *possibilidade* dessa edificação: o substrato social de que dispomos nessa escala permitirá que um efetivo governo mundial venha a ser implantado? Mas não há como escapar da conexão entre o Estado, como aparelhagem institucional e burocrática, e determinado substrato social.

Já os problemas de natureza substantiva envolvidos nos três sentidos de “autonomia do político” indicados inicialmente – a neutralidade do Estado, a iniciativa ou presença estatal e as regras do jogo consolidadas – na verdade dizem respeito à questão geral do êxito da resposta institucional aos conflitos sociais trazida pelo Estado. Ora, essas questões redundam no próprio problema da democracia e de sua institucionalização, e constituem, em contraste com a questão metodológica das relações causais em diferentes modelos analíticos, o problema *teórico* por excelência no estudo da política. E o ponto a destacar é que também ele remete, tal como a definição extra-estatal da política e a questão da explicação das características assumidas pelo Estado, ao plano da estrutura social geral.

Uma forma de apreender na sua dimensão genérica as indagações aí envolvidas consiste em salientar a tensão entre o desiderato da *distribuição* adequada de poder em qualquer sociedade, por um lado, e por outro, o desiderato da *produção* coletiva de poder. Vale dizer, podemos considerar, por um lado, a luta latente ou aberta entre os diferentes atores, com os interesses ou objetivos de qualquer natureza de cada um deles e os recursos variados que cada qual consegue controlar para se afirmar e eventualmente preponderar sobre os outros – a questão é então a da distribuição do poder (em sentido genérico de “poder”). Ou podemos considerar, por outro lado, o problema do desafio de uma produção *coletiva* de poder, que permita à coletividade como tal atuar eficazmente na busca de fins compartilhados, seja perante outras coletividades que tenham seus próprios interesses ou objetivos, seja perante a “natureza”.

É possível dizer que a tensão entre esses dois desafios e sua eventual acomodação é o problema básico da política e até da sociedade. Trata-se, naturalmente, de um problema que resulta da mera coexistência, e que se pode ilustrar com a velha história de Robinson Crusó. Enquanto está sozinho em sua ilha, o único problema de Robinson Crusó é de natureza econômica: como lidar com a natureza para alcançar os objetivos de garantir sua própria sobrevivência e contornar as carências e os perigos da situação em que se encontra, protegendo-se das intempéries, providenciando comida etc. De repente, porém, o Sexta-Feira entra em cena – e o problema que se coloca para Robinson Crusó adquire uma dimensão adicional, que é a dimensão estratégica e, pelo menos em forma rudimentar, política. Ele tem agora de levar em conta, ao tratar de pegar o coco para se alimentar, a disposição que tem Sexta-Feira em relação ao mesmo coco. Digamos que só exista um coqueiro na ilha. Os dois ou brigam – e estamos aqui no plano da distribuição de poder, da questão de quem prevalece sobre quem – ou se entendem, organizam-se e ajudam um ao outro (produzem poder coletivo) e repartem os cocos provavelmente mais fartos que podem obter com seu esforço coordenado. Na medida em que isso aconteça, naturalmente, estará resolvido o problema político básico que resulta da convivência dos dois (além de se tornar possível maior eficiência mesmo no plano convencionalmente econômico).

É claro, há uma inescapável dialética entre o aspecto de produção coletiva de poder e o de distribuição de poder. Assim, o objetivo de produção coletiva de poder não pode deixar de afetar a distribuição de poder: se vamos nos organizar para agir coletivamente com eficiência, acabamos necessariamente por introduzir uma hierarquização, é preciso que alguém comande, na medida em que a eficiência coletiva se mostre incompatível com intermináveis deliberações igualitárias, especialmente em sociedades de algum grau de complexidade. Por outro lado, contudo, a solução dos problemas básicos postos pela questão da distribuição do poder envolve necessariamente a produção dele, e a garantia do caráter democrático da sociedade – a garantia dos direitos civis e políticos, no mínimo, e eventualmente também a dos direitos sociais e



do acesso tanto quanto possível igualitário a bens de saúde, educação etc. – exige que se erijam as estruturas estatais e burocráticas (as estruturas de poder) capazes de fornecer aquela garantia.

O que importa ressaltar, porém, numa discussão sobre o foco de uma Sociologia Política, é que o postulado clássico das ciências sociais com respeito às relações entre os aspectos de distribuição e de produção de poder, postulado que aparece com ênfase no marxismo, por exemplo, é exatamente o postulado *sociológico* de que as características assumidas pelo Estado, como foco por excelência do esforço coletivo de produção de poder e de exercício do poder em nome de interesses compartilhados ou do "bem público", dependem em princípio do substrato correspondente à distribuição *social* do poder. Retomando algo já dito antes, o fato de que o Estado venha a ser, em alguma medida, a expressão real da vontade de todos ou do interesse público ou, diferentemente, o instrumento apropriado por algum conjunto particular de interesses, inclinado a subjugar os demais interesses e viabilizar a exploração deles, depende da forma assumida pelo jogo de interesses que se dão no plano estrutural da sociedade e de quem prevalece nesse jogo – em termos marxistas, depende da luta de classes. E duas coisas podem ser ditas sobre esse postulado analítico ou metodológico no que respeita às suas relações com a questão dos sentidos substantivos da "autonomia do político" e com o problema da democracia e sua institucionalização. Em primeiro lugar, a adesão a ele nada prejulga quanto às indagações envolvidas nos problemas relativos à neutralidade do Estado, à sua "presença" ou capacidade de iniciativa e à institucionalização das regras do jogo. Em segundo lugar, o problema da democracia e de sua institucionalização revela-se, num exame um pouco mais atento, como algo que gira em torno de certa articulação justamente entre esses três sentidos atribuídos à noção de autonomia do político, no quadro definido pelo postulado metodológico. Pois assim como podemos ter um Estado que *intervém* porque *não* é "neutro", ou porque algum dos atores no conflito social conseguiu controlá-lo de vez (considere-se a idéia da "ditadura do proletariado", ou a experiência do regime autoritário brasileiro de 1964, com a combinação de forte

intervencionismo e de claro viés quanto a seu suporte social e seus vínculos e lealdades), assim também podemos ter regras do jogo estáveis e consolidadas que nem por isso deixem de consagrar relações de dominação abertas ou veladas (considere-se a idéia da “dependência estrutural do Estado” perante os interesses dos capitalistas como algo inerente à dinâmica do capitalismo, supostamente mesmo nos países de tradição democrática, ou o diagnóstico da “tecnoestrutura” de que nos falava John Kenneth Galbraith há tempos com respeito aos Estados Unidos). E é claro que o problema da democracia é justamente o de criar as condições – que não podem ser senão sociais, em última análise – para que o Estado *seja* neutro: como implantar o “compromisso social” que permita ao Estado um grau importante de *autonomia* perante as relações de força e as prováveis assimetrias no jogo dos interesses privados, de sorte que se torne possível a ele *intervir* de maneira a não apenas garantir os “direitos liberais” e o “Estado de direito”, mas também a *compensar* as desigualdades da distribuição social de poder e assegurar as “liberdades positivas” em que cada qual venha a ter melhores condições de auto-realização pessoal. Nessa perspectiva, em que se acha fatalmente presente um componente de paternalismo por parte do Estado (que não responde apenas à capacidade diferencial de pressão dos diversos interesses), pode-se perceber, como ramificação relevante, que o velho problema das relações entre capitalismo e democracia, normalmente tomado em termos de democracia *política*, na verdade se dá de maneira crucial em conexão com a questão da democracia *social*: não apenas a possibilidade da revolução e da ruptura das relações de poder no plano social geral são o condicionante talvez decisivo da eventual instabilidade democrática, mas também a operação efetiva da democracia não tem como deixar de colocar, de alguma forma, a meta da democracia social. O que, de passagem, revela as ameaças que tendem a brotar do novo mundo hiperliberal em que a velha social-democracia se vê posta em xeque.

Portanto, contra a idéia de uma Ciência Política cuja autonomia se fundaria na suposta autonomia causal dos fenômenos políticos, tomados como os fenômenos relativos ao Estado, a ar-

ticulação Estado-sociedade não só é uma imposição metodológica, mas fornece também o foco em torno do qual giram os problemas teóricos e práticos da disciplina. Nessa perspectiva, Ciência Política não pode ser senão Sociologia Política.

### 3

Tomemos agora o confronto entre "escolha racional" e Sociologia Política. O ponto crucial aqui é certamente a ambição da abordagem da escolha racional de prover "os fundamentos micro dos fenômenos macro", de acordo com o lema que se costuma encontrar em sua literatura mais ortodoxa. Essa ambição é vista como justificando a ênfase no plano dos indivíduos, ou o individualismo metodológico. Os indivíduos é que teriam existência real, enquanto a sociedade não seria senão o resultado da agregação das ações dos indivíduos e de sua interação. A intencionalidade que caracteriza o comportamento dos indivíduos, e que permitiria o recurso à categoria central da *racionalidade*, permitiria também eventualmente *deduzir* a sociedade em sua complexidade, da mesma forma que, na economia como disciplina, o cálculo atribuído aos agentes microeconômicos permite a formulação de proposições abstratas que, no limite, dariam conta do complexo funcionamento da sociedade em seu aspecto convencionalmente econômico. A maneira de dar conta adequadamente da estrutura social (com tudo aquilo que a torna sociologicamente interessante: solidariedades, relações intergeracionais, normas, instituições...) seria partir dos indivíduos, de certos postulados com respeito ao comportamento individual, particularmente o postulado da racionalidade e da busca racional dos interesses pessoais, transposto da microeconomia.

Aqui surge, porém, uma dificuldade patente, que alguns apontam há tempos e que recentemente tem levado a importantes revisões mesmo entre aqueles que em princípio se identificam com a abordagem da escolha racional. A dificuldade pode ser traduzida em termos de que não há como recorrer de maneira consistente e conseqüente ao postulado de racionalidade, nem aplicá-lo na explicação do que quer que seja, sem que haja infor-

mação adequada a respeito do *contexto* no qual os indivíduos atuam. Se nada se sabe sobre o contexto, como afirmar se o indivíduo está sendo racional ou não, ou apreciar eventualmente o *grau* de racionalidade de sua ação? Para que se possa resgatar o cálculo do agente, e assim avaliar sua racionalidade, é preciso ter informação a respeito daquilo que a própria literatura da escolha racional costuma descrever como a “estrutura de oportunidades”. Ora, isso supõe informação sobre o contexto da ação.

Sem dúvida, isso pode nos introduzir numa série de meandros, como os que dizem respeito à maneira de entender a própria idéia de racionalidade. Assim, pode-se tomar a noção de racionalidade em acepção que a reduz a uma mera tautologia: seria possível, a rigor, resgatar a racionalidade de qualquer comportamento, até do comportamento do louco, em função da percepção que tem o agente da estrutura de oportunidades que se oferece a ele ou, em geral, do mundo com que se defronta. Se estou convencido de que sou Napoleão, agir como Napoleão pode ser perfeitamente instrumental para realizar objetivos que eventualmente se ajustem a essa convicção. Nesse sentido, bem claramente, a apreensão da racionalidade supõe a *compreensão*: supõe que eu possa me colocar nos chinelos do outro, ver o mundo com os olhos do outro. Por outro lado, o sentido preciso que se pode atribuir à idéia de compreensão é exatamente o sentido em que se trata de resgatar o cálculo realizado pela pessoa a ser compreendida. Compreendemos um texto remoto quando conseguimos visualizar os objetivos que o autor tinha em mente quando o escreveu – e assim resgatar, de alguma forma, o cálculo feito por ele. Portanto, ao invés do contraste que à primeira vista haveria entre as perspectivas que costumam dar ênfase à racionalidade, por um lado, e à compreensão, por outro, temos antes uma afinidade fundamental entre as duas, e seria preciso evitar os equívocos sempre renovados que resultam da contraposição ingênua entre elas – o que, aliás, está posto de maneira explícita num texto de Max Weber (o nome classicamente ligado à idéia de “compreensão” nas ciências sociais) que se costuma ignorar e no qual se trata da famosa polêmica com Roscher e Knies.

Mas o que importa aqui é que essa concepção tautológica de racionalidade – cuja idéia fundamental é a de que, afinal, qualquer ação busca fins, seja qual for a natureza deles, e envolve um problema de eficácia – omite o fato de que o ator ou agente pode estar mais ou menos ricamente (ou corretamente) informado a respeito do ambiente ou contexto em que atua, e pode, na verdade, ser vítima de ilusões a respeito do ambiente – ou de si próprio. Por certo, mesmo a concepção tautológica de racionalidade cumpre o papel positivo de reafirmar a dimensão instrumental de qualquer ação e assim colocar em xeque certas explicações fáceis e equivocadas do comportamento político que simplesmente contrapõem o “racional” e, por exemplo, o “emocional”. Mas fica a questão de que só o grau de informação do agente sobre o contexto e sua imersão nele nos possibilita falar de *graus* de racionalidade, permitindo que separemos a ação instrumental míope ou ingênua da ação propriamente racional, que não tem como deixar de ser intelectualmente sofisticada em sua apreensão dos dados relevantes a respeito do contexto e do próprio agente. Ora, se a informação do agente é crucial, é claro que também o *analista* deve estar adequadamente informado sobre o contexto da ação se pretende avaliar, do ponto de vista da racionalidade, a ação do agente.

E aí surge o ponto decisivo: a abordagem da escolha racional, por si mesma, não dispõe do instrumental que lhe permita resgatar o contexto. Ela tem o suposto da racionalidade e pode realizar um trabalho de natureza dedutiva a partir desse suposto. Mas a informação sobre o contexto, e sobre a moldagem que o contexto (especialmente o contexto social) realiza sobre o próprio agente individual, quem traz são as ciências sociais convencionais: a Sociologia, a Antropologia, a História... É ilusória a proposta de reconstruir o que é sociologicamente interessante na sociedade a partir do mero postulado de indivíduos calculadores num “estado de natureza”, que é o postulado da abordagem da escolha racional em sua forma ortodoxa.

Se nos dispomos a reconhecer, seja como for, os méritos associados à afirmação da abordagem da escolha racional nas décadas recentes (e que dizem respeito à crítica aos excessos e

mitos do “coletivismo metodológico” e da mera postulação da realidade das coletividades como tal), a recomendação que decorre de tudo isso é a de que se impõe um movimento de ida e volta entre os planos “micro” e “macro”. Nessa perspectiva, a idéia de resgatar “os fundamentos macro do comportamento micro” aparece como tão legítima quanto a idéia expressa no moto usual da abordagem da escolha racional, de resgatar “os fundamentos micro dos fenômenos macro”. Um texto de Raymond Boudon de alguns atrás (publicado no volume *La Place du Désordre*) explora esse jogo de ir e vir tomando o trabalho de Weber a respeito da lógica do capitalismo moderno na sua articulação com o calvinismo: o objetivo é mostrar que, assim como só conseguimos fazer sentido da dinâmica do capitalismo quando apreendemos aquilo que se passa no plano “micro” do agente individual orientado por certas convicções religiosas e certos objetivos de natureza transcendental (a busca da realização de certa vocação), da mesma forma só vamos entender os aspectos “micro” da motivação do agente se formos capazes de apreender o contexto em que ele se move e que de alguma forma lhe traz essa motivação e esses objetivos. Talvez se tenha uma formulação adequada de tudo isso com a metáfora teatral de Gudmund Hernes em ensaio constante do recente volume coletivo intitulado *Social Mechanisms*: seria necessário combinar o “elenco” (os atores e suas características) com o “cenário” (a estrutura social) para dar conta da “trama”. No momento em que a trama for resgatada no jogo entre elenco e cenário, estaremos fazendo boa ciência social.

Como entra a Sociologia Política nesse quadro? Ora, a apreensão do contexto lhe é crucial, em contraste com a disposição abstrata da escolha racional. Um primeiro sentido em que isso se dá, e que surge como tema freqüente nas polêmicas entre adeptos da escolha racional e sociólogos “convencionais”, é o sentido em que a Sociologia Política, na explicação do comportamento político, resgata as *normas* e os valores que são dados socialmente, em contraste com a ênfase da escolha racional no cálculo de interesses, visto como associando-se com o individualismo metodológico. No confronto entre os partidários ortodoxos das duas abordagens, cria-se um grande e equivocado “cavalo de ba-

talha" em torno de normas *versus* interesses, cujo ponto focal consiste na suposta necessidade de *separar* os interesses das normas se se pretende falar de racionalidade: racionalidade teria a ver com interesses e cálculo de interesses, e a existência ou a observância de normas seria algo por definição alheio à racionalidade. Aliás, essa posição é adotada mesmo no caso da adesão sofisticada e menos ortodoxa à perspectiva da escolha racional que temos com um Jon Elster. Embora Elster pretenda que, ao lado do recurso à racionalidade, também o recurso às normas seria necessário para a explicação em certos casos (supondo a existência de fenômenos que se explicam pela operação das normas ao lado de outros que se explicam pela racionalidade – veja-se, por exemplo, *The Cement of Society*), ele não chega a indagar-se sobre a *articulação* possível entre normas e racionalidade. Fica, assim, aquém da perspectiva mais rica e fecunda de um clássico como Max Weber, cujos estudos do tema central das origens do racionalismo moderno dão destaque justamente a essa articulação, salientando o papel cumprido pelas grandes religiões no processo de racionalização. É claro, nessa perspectiva, que não há por que limitar a idéia de racionalidade à busca míope de interesses dados (as preferências "exógenas" dos economistas); ao contrário, estaremos falando de racionalidade com mais propriedade quando contemplarmos a possibilidade de uma postura reflexiva e autônoma em que a busca racional de objetivos seja ligada à assunção e, no limite, à redefinição voluntária, pelo agente, de sua própria identidade e dos objetivos de longo prazo (eventualmente de natureza transcendental) a serem perseguidos em correspondência com essa identidade e com o ideal de vida que dela deriva. De toda forma, do ponto de vista da importância de uma perspectiva sociológica "convencional", o decisivo é que essa postura reflexiva e autenticamente racional tem como "insumo" inevitável a ser processado o condicionamento da identidade pessoal que é exercido pelo contexto social e que está sempre presente – não há identidade que possa constituir-se sem esse condicionamento, numa espécie de "ponto zero" que fosse pré-social e que se costuma hipotetizar em algumas concepções contratualistas.

Mas há um outro aspecto em que a apreensão do contexto que a perspectiva sociológica permite é também crucial. Ele tem a ver com o fato de que os recursos que traz uma Sociologia Política são importantes para a especificação das próprias condições “estruturais” em que se definem os interesses – e para que se possa falar, portanto, da “estrutura de oportunidades” que a própria ênfase na racionalidade e no cálculo racional destaca. Naturalmente, um desdobramento de relevância central aqui é o da relevância que adquire, quanto a essas condições “estruturais”, o acesso diferencial ao *poder*.

Isso pode ser ilustrado de maneira interessante pela idéia de “capital social” que hoje está em moda, sobretudo a partir dos trabalhos de Robert Putnam (veja-se o volume *Bowling Alone*, por exemplo). Na perspectiva de Putnam, a noção de capital social remete a recursos de natureza normativa, como o civismo, afins ao aspecto que se acaba de salientar. O fato de as pessoas de alguma forma assimilarem normas e as colocarem em prática aparece como importante não só do ponto de vista da democracia e das chances de estabilidade democrática, mas também do ponto de vista dos prospectos de desenvolvimento econômico. No entanto, temos também uma literatura que, apesar de reagir ao estímulo trazido por Putnam, tende a questionar certos postulados básicos da perspectiva que ele representa, tratada por essa literatura crítica como “neo-tocquevillianismo”. Nessa literatura, a ênfase é antes na idéia de que o capital social envolveria crucialmente, não o compartilhamento de normas, mas o acesso diferencial a recursos de poder. Temos, assim, o sentido de Pierre Bourdieu, em que “capital social” aparece como modalidade de capital ao lado do capital econômico, o cultural etc.; ou temos Coleman chamando também a atenção para o fato de que disposições e normas vão estar associadas com graus diferentes de acesso a recursos de natureza diversa. Lembremos, por exemplo, o famoso estudo de Gabriel Almond e Sidney Verba sobre a “cultura cívica”, no qual se destacava, entre muitas outras coisas, que, em comparação com os cidadãos de países como Estados Unidos, Alemanha e Itália, os mexicanos mostravam confiar pouco na polícia de seu próprio país, o que é tratado pelos autores



como correspondendo a um déficit de civismo que teria importância causal para a dinâmica política. Ora, cabe naturalmente a pergunta de até que ponto a polícia mexicana seria efetivamente confiável – ou, o que é mais importante do ponto de vista dos efeitos do controle diferencial de recursos de poder, até que ponto ela não seria diferencialmente confiável para diferentes setores da sociedade. Para tomarmos o próprio Brasil das chacinas corriqueiras na periferia das grandes cidades e da violência política, parece haver razões bem claras para que a mesma polícia que se mostra confiável para os moradores dos Jardins paulistanos ou de Ipanema não mereça confiança igual dos moradores dos bairros pobres ou das favelas.

Uma breve elaboração final de alguns aspectos adicionais em que se mostram de novo as complicações a serem tidas em conta nas relações entre o ânimo abstrato que caracteriza a escolha racional, com sua ênfase na categoria da racionalidade, e as “concreções” da Sociologia Política, que nos levam ao papel das normas, valores e identidades e às realidades do poder. Um deles se tem no uso da noção de “ideologia” em política. Como Giovanni Sartori assinalou há tempos, em contraste com o sentido da expressão na Sociologia do Conhecimento, onde “ideologia” se liga com percepção distorcida e erro causados pela peculiar inserção das pessoas na estrutura social, no caso da “ideologia política” há uma clara ambivalência: por um lado, “comportamento ideológico” indica aqui identificação e antagonismo (portanto parcialidade e talvez percepção distorcida); mas, por outro lado, a expressão conteve sempre também a referência positiva a um componente de natureza intelectual, o que faz que “comportamento ideológico” possa igualmente ser entendido como o comportamento do agente que se torna capaz de diagnosticar de maneira sofisticada a situação com que se defronta no universo sociopolítico, de apreender os interesses que aí se acham em jogo e eventualmente de dispor-se a agir com eficácia na busca de seus interesses próprios – o que, na verdade, como se dava já com a idéia marxista do trabalhador que adquire “consciência de classe”, envolveria mesmo a redefinição supostamente lúcida de sua identidade e de suas lealdades ou solidariedades. Assim, o

caráter equívoco da categoria de ideologia política aponta ele próprio para a necessidade de se atentar para a *articulação*, de que se falou acima, entre os aspectos que uma perspectiva sociológica “convencional” costuma destacar e aspectos de natureza cognitiva ou intelectual que se mostram afins à ênfase na racionalidade e no cálculo racional. Uma consideração relevante aqui é a de que a própria Sociologia Política se empobrecerá na medida em que deixe de dar atenção adequada aos aspectos intelectuais. Veja-se o exemplo representado pelo livro recente de André Singer sobre o eleitorado brasileiro (*Direita e Esquerda no Eleitorado Brasileiro*, Edusp, 2000), em que, em consequência da total desatenção do autor para a dimensão cognitiva ou intelectual da noção de ideologia, nossos eleitores são apresentados como “ideológicos” com base na simples referência a certo contraste entre “esquerda” e “direita”, não obstante o fato de que, de acordo com os próprios dados utilizados, 80% deles não sabem o significado dessas categorias. Naturalmente, uma Sociologia como essa não tem como distinguir entre o eleitor tosco e passível de manipulações em que se recorra a suas identificações singelas, por um lado, e, por outro, o eleitor sofisticado e capaz de situar-se informada e criticamente diante das complexidades da situação política em que deve atuar.

Para concluir, cabe notar que a articulação complexa entre os dois conjuntos de aspectos em discussão aparece de maneira singularmente clara nos dados de um projeto brasileiro que eu mesmo coordenei há alguns anos. Eles mostram que, em princípio, as pessoas são tanto mais “cívicas”, aderindo a normas solidárias ou altruístas, quanto mais sejam educadas e politicamente informadas e sofisticadas. Mas mostram também que, se a situação se altera de maneira que o civismo se revele inócuo ou inconseqüente, ou de maneira que comportar-se civicamente apareça como equivalendo a “banicar o otário”, quanto mais informadas e sofisticadas sejam as pessoas, tanto mais prontas elas estarão a abandonar a postura cívica e a defender seus interesses próprios de modo desembaraçado ou mesmo cínico. Assim, vê-se que um elemento crucial para o cálculo racional, ou seja, a riqueza de informações ou a sofisticação intelectual em geral, se liga de for-

ma complexa com as normas (e com seu fatal impacto na definição da identidade pessoal), reforçando-as em certas circunstâncias e, ao contrário, suspendendo a sua operação, em outras circunstâncias, mesmo naqueles casos em que se tem inequivocamente a adesão convencional a elas.

Naturalmente, o confronto mais ou menos beligerante entre a perspectiva da escolha racional e a de uma Sociologia Política surge, à luz disso, como envolvendo grandes equívocos. E, se cabe evitar os exageros polêmicos e os simplismos dos adeptos da abordagem da escolha racional, não há razão para que os sociólogos da política resistam a valer-se dos recursos analíticos trazidos por ela.